



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

CAMPUS ERECHIM/RS

**LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO-
CIÊNCIAS DA NATUREZA**

PATRICIA FAENELLO PLAUTH

**INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS EM ESCOLAS DO
CAMPO**

ERECHIM/2018

PATRICIA FAENELLO PLAUTH

**INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS EM ESCOLAS DO
CAMPO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso Interdisciplinar em Educação do Campo-Ciências da Natureza- Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo- Ciências da Natureza.

Orientadora: Prof.^a Me. Lidiane Limana Puiati
Pagliarin

ERECHIM

2018

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Plauth, Patricia Faenello
Inclusão escolar de alunos com deficiências em
escolas do campo/ Patricia Faenello Plauth. -- 2017.
42 f.

Orientadora: Lidiane Puiati Pagliarin.
Co-orientador: M^oises Marques Prsybyciem.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de curso
interdisciplinar em Educação do campo- ciências da
natureza- licenciatura , Erechim, RS , 2017.

1. Inclusão escolar. 2. Educação do Campo. 3. Ensino
de Ciências da Natureza. I. Pagliarin, Lidiane Puiati,
orient. II. Prsybyciem, M^oises Marques, co-orient. III.
Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Patrícia Faenello Plauth


Título: “Inclusão Escolar de Estudantes com Deficiências em Escolas do Campo”

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza da Universidade Federal da Fronteira Sul.

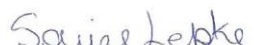
Orientador: Profa. Lidiane Limana Puiati Pagliarin

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 11/01/2018.

Banca examinadora:



Profa. Lidiane Limana Puiati Pagliarin



Profa. Sonize Lepke



Prof. Moisés Marques Prsybyciem

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por conceder todas as oportunidades que a nós são ofertadas.

A Professora Lidiane, pelas orientações, diálogo, pelo apoio e colaboração na construção do trabalho.

Ao Professor Moisés, que auxiliou durante as aulas, para o melhor andamento da pesquisa. E professor Fábio pelo auxílio na construção e estruturação do projeto TCC1.

Ao Curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza e a todos os professores que auxiliaram em meu processo de formação.

A minha família; meus pais por todo amor, carinho, compreensão e ensinamentos; irmã por toda compreensão e amizade; esposo por todo amor, companheirismo e amizade.

Aos meus colegas pelos 4 anos que passamos juntos, pela amizade coleguismo e companheirismo.

Aos participantes do questionário, professores, membro da secretaria de educação, e as escolas que se disponibilizaram para a realização da pesquisa.

Aos membros da banca pelas contribuições, revisão e avaliação cuidadosa.

Muito obrigado a todos!

“A Educação qualquer que seja ela,
é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática.”

Paulo Freire

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender o processo de inclusão de alunos com deficiências nas Escolas do Campo localizadas em Itatiba do Sul/RS. A natureza da pesquisa foi qualitativa e exploratória. Os dados foram coletados através de observações dos espaços físicos das Escolas do Campo de Itatiba do Sul e de questionários que contaram com a disponibilidade e aceitação dos professores de Ciências e de um representante da secretaria de educação do município. Investigou-se o acesso, a permanência e como ocorre o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiências no ensino de Ciências. Os resultados obtidos mostram que a estrutura física das escolas não está acessível para todo público, pois apresentam pouco suporte aos alunos com deficiências. O Ensino de Ciências apresenta, ainda, muitas lacunas pois existem poucos materiais que abordam este ensino de forma inclusiva, e ainda os professores não contam com formações continuadas para melhor atenderem os alunos com deficiências. Estes aspectos mostram a importância de se realizar formações continuadas para os professores além de melhorias na infraestrutura das escolas.

ABSTRACT

The present research goal is to understand the process of inclusion of students with disabilities in rural schools located in Itatiba do Sul / RS. The nature of the research was qualitative and exploratory. Data was collected through observations of the physical structures of the Itatiba do Sul rural schools, and also based on questionnaires done with the acceptance and availability of science teachers and a representative of the municipality's education department. The access, permanence and how the teaching and learning process of students with disabilities in science teaching were investigated. The results show that the physical structure of the schools is not accessible to all the public, as they have little support for students with disabilities. The Science Teaching also presents many shortcomings, as it lacks both materials that approach this teaching in an inclusive way, as well as teachers with qualified specific training for this purpose. These aspects highlight the importance and necessity of continuous training for teachers and improvements in school infrastructure.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| AGRADECIMENTOS | 2 |
| RESUMO | 1 |
| ABSTRACT | 2 |
| SUMÁRIO | 3 |
| 1. O ENSINO DE CIÊNCIAS NAS ESCOLAS DO CAMPO EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA | 8 |
| 1.1 ASPECTOS LEGAIS DA INCLUSÃO ESCOLAR..... | 8 |
| 1.2 INCLUSÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS DO CAMPO..... | 11 |
| 1.3 O ENSINO DE CIÊNCIAS EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA | 14 |
| 2. ASPECTOS METODOLÓGICOS | 19 |
| 3. ANÁLISE E DISCUSSÕES DE DADOS | 22 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 31 |

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um assunto muito discutido nos processos educativos na atualidade, bem como na literatura da área da educação, porém, ainda se apresenta como desafio para as escolas e para os professores que nela atuam. No passado a população que apresentava qualquer tipo de deficiência era excluída de todas as atividades sociais que eram desenvolvidas (BRASIL 2006). Nesse período, grande parte dos alunos com deficiências eram tratados de forma discriminatória, sendo oprimidos nas diversas atividades que eram desenvolvidas socialmente (FACION, 2009).

O processo de inclusão nas escolas teve início na década de 1990 (BRASIL, 2006). Nessa época, os alunos que apresentavam dificuldades de aprendizagem eram tratados como indivíduos que necessitavam de uma educação especial. Assim, o ensino passou por uma reestruturação, em que todas as escolas deveriam se adequar para incluir uma grande diversidade de alunos. Essas adequações perpassam desde a estrutura física da escola, chegando na parte pedagógica.

Hoje, as legislações educacionais impõem que todas as escolas devem acolher as crianças que apresentam qualquer tipo de deficiência seja ela física, mental, social ou intelectual (SALAMANCA, 1990). A educação inclusiva precisa ser trabalhada em todas as escolas, inclusive nas Escolas do Campo, oportunizando a todos acesso e permanência nela, utilizando-se de metodologias que desenvolvam uma educação de qualidade, pois todos indivíduos tem o direito à educação assegurado.

Batista e Mantoan (2007), tratam a deficiência mental como uma das mais complexas ao serem trabalhadas no contexto escolar. Porém, no ambiente escolar, há diversas deficiências apresentadas pelos alunos. Por isso, necessitam de um olhar mais cuidadoso e atento às suas dificuldades, para que permaneçam na escola, sejam de fato incluídos e tenham ensino de qualidade.

Isso não significa que as escolas precisam individualizar e diferenciar os conteúdos para esses alunos. Pelo contrário, é preciso recriar as ações de modo que eles sejam incluídos no processo de ensino e aprendizagem (BATISTA; MANTOAN, 2007).

As Escolas do Campo também estão se adequando ao processo de inclusão escolar (LOPES; OLIVEIRA, 2012). A luta pela igualdade não é recente, lutas por uma educação justa, de qualidade e igualitária, onde todos os sujeitos possam participar de forma ativa (CALDART, 2012). Nesse sentido, para incluir todos os alunos com deficiências, é necessário que as escolas adaptem além dos aspectos pedagógicos, seus

espaços físicos, oferecendo o acesso, para que todos tenham a liberdade de circulação nos espaços escolares (LOPES; OLIVEIRA, 2012).

Nesse sentido, a inclusão escolar nas Escolas do Campo, assim como nas escolas urbanas, ainda ocorre com certa morosidade, isso por decorrência da grande centralização de foco nos conteúdos programados no currículo escolar, influenciados, muitas vezes, pelos livros didáticos e pelos conteúdos de vestibulares. Ao trabalhar com todos os alunos da mesma forma sem realizar adaptações nas metodologias de ensino, o professor não está atendendo às especificidades dos alunos com deficiência. Em muitos espaços, a inclusão está prevista nos documentos oficiais da escola, por vezes não é efetivada, como ressalta Mantoan,

[...] por esses e outros sérios entraves é que, à custa de muito esforço e perseverança, estamos vencendo as resistências de muitos para flexibilizar a organização escolar, já que sem a flexibilização as mudanças continuarão sendo unicamente de fachadas. A prática pedagógica baseada em princípios inclusivos deve atender a diversidade humana, utilizando-se de projetos pedagógicos amplos e diversificados e que se adaptem às distintas necessidades de todos os alunos [...] (2009, p. 17).

Tendo em vista a necessidade de trabalhar com metodologias diversificadas, é importante destacar dinâmicas de aprendizagens coletivas, enfatizando a flexibilidade para atender os diversos tipos de aprendizagem, incluindo-os no processo de aprendizagem, enfatizando a busca de mais conhecimentos e permitindo a interação de todo o público que faz parte da escola.

Para incluir todos os alunos de forma receptiva e com igualdade, se faz necessária a compreensão do tema inclusão escolar, reconhecendo a importância de cada pessoa com deficiência, integrando-o na sociedade e na comunidade escolar, fazendo valer seus direitos e respeitando seus deveres, acreditando em seu potencial sem desmerecer a metodologia de aprendizagem dos mesmos. Assim, Duk defende que:

As estratégias de aprendizagem cooperativa têm efeitos positivos no rendimento escolar, na autoestima, nas relações sociais e no desenvolvimento pessoal. A utilização desse tipo de técnica pressupõe uma grande ajuda para o professor, por facilitar o trabalho autônomo dos alunos, permitindo-lhe dedicar mais atenção àqueles que dela mais necessitam (2005, p. 176).

A inclusão escolar precisa estar presente nas Escolas do Campo, pois é preciso superar os estigmas que a envolvem. As pessoas com deficiências que residiam no campo, muitas vezes, eram excluídas dos programas de políticas públicas e da educação. Conforme Caiado e Meletti (2011, p.102) “Na ausência de políticas públicas para a população do campo, seja em educação, saúde, transporte, moradia e trabalho, revela-se

o impedimento de pessoas com deficiência viverem com dignidade e participarem da vida social”. Assim, a população não tinha acesso a investimentos que fizessem parte de sua realidade, além disso, a educação era privilégio de poucos. Atualmente, vemos alguns avanços, porém, a educação inclusiva ainda carece de melhorias.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) garante que todos têm direito a uma educação especializada:

A interface da educação especial na educação indígena, do campo e quilombola deve assegurar que os recursos, serviços e atendimento educacional especializado estejam presentes nos projetos pedagógicos construídos com base nas diferenças socioculturais desses grupos (BRASIL, 2008, p.17).

A resolução 2/2008 estabelece diretrizes complementares que relatam o direito de todos ter acesso às escolas, e as escolas e o estado têm o dever de atender as especificidades do público com deficiência, oferecendo-lhes condições de acessibilidade, para que estas possam frequentar todos os espaços da escola. As leis que visam assegurar o direito das pessoas deficiências, as Escolas do Campo também precisam se adequar para melhorar o acesso e permanência dos alunos com deficiências.

Tornando-se assim imprescindível a efetivação de processos inclusivos, fomentando a participação da comunidade escolar, realizando todas as adequações de espaços físicos que se façam necessárias. A fim de propiciar a todos os alunos a liberdade de deslocamento e a possibilidade de usufruir do espaço escolar na sua totalidade.

A partir da realidade de uma Escola do Campo da Rede Municipal na qual a autora deste trabalho de conclusão de curso realiza atividade docente, pode-se afirmar que os alunos nem sempre são inseridos em um processo educativo que respeite suas necessidades e que explore seus potenciais. Por isso, a autora deste estudo debruçou na pesquisa com o **objetivo** de compreender o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas Escolas do Campo localizadas em Itatiba do Sul/RS.

Diante do objetivo, a problemática de pesquisa de conclusão de curso que se apresenta é: Como ocorre o acesso e a permanência de alunos com deficiências matriculados em Escolas do Campo de Itatiba do Sul/RS?

O trabalho está organizado em três partes que se complementam. Na primeira parte, o marco teórico, apresentando discussões a respeito dos aspectos legais que embasam a inclusão escolar, a luta por acesso a uma educação igualitária dos povos do campo e as metodologias utilizadas para o Ensino de Ciências em uma perspectiva inclusiva. Na segunda parte, a metodologia da pesquisa, onde descreve-se a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, bem como os instrumentos utilizados, além

do local e a forma como a pesquisa foi desenvolvida. A terceira parte, contempla a análise e discussões dos dados bem como os resultados da pesquisa. Após, conclui-se o trabalho com as Considerações Finais, as Referências e os Apêndices.

1. O ENSINO DE CIÊNCIAS NAS ESCOLAS DO CAMPO EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Esse capítulo apresenta inicialmente algumas discussões das principais legislações acerca da inclusão nas escolas do ensino brasileiro. Após, apresenta a relação da inclusão escolar nas Escolas do Campo, apontando as especificidades que são encontradas no local. E, por fim, como a inclusão está sendo realizada no ensino de Ciências das Escolas do Campo.

1.1 ASPECTOS LEGAIS DA INCLUSÃO ESCOLAR

Em tempos remotos, as pessoas que tinham algum tipo de deficiência seja ela leve ou moderada, eram excluídas dos convívios sociais, não participavam de atividades e não tinham acesso à educação. Pessotti (1984) afirma que as pessoas com deficiência passaram a ser aceitas após o cristianismo e, a partir desse contexto, as pessoas com deficiências passaram a ser respeitadas, ainda com morosidade, nos espaços sociais e escolares.

No Brasil, os processos inclusivos na educação resultam de mudanças no contexto internacional e da luta das pessoas com deficiências. Na década de 1970, algumas escolas criaram Classes Especiais para atender aqueles alunos que não acompanhavam o ‘ritmo’ de aprendizagem da maioria da turma.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96), em conjunto com o momento histórico em que foi elaborada, constitui-se em um marco para a educação inclusiva. Ela assegura que:

- Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 - II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
 - IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 - V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - VII – valorização do profissional da educação escolar;
 - VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
 - IX – garantia de padrão de qualidade;
 - X – valorização da experiência extra-escolar;
 - XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Tendo em vista o 3º artigo da LDB, é importante ressaltar que a educação é um direito de todos os indivíduos sendo responsabilidade dos estados em conjunto com municípios e instituições de ensino oferecê-la com qualidade, enfatizando o respeito

mútuo. Conforme o artigo 27 do estatuto da pessoa com deficiência, em seu parágrafo único, é dever do “estado, das famílias, da comunidade escolar, e da sociedade em geral assegurar o direito a educação” (BRASIL, 2016, p.19).

O artigo 208 da Constituição Federal relata a obrigatoriedade gratuita do ensino inclusivo nas instituições de ensino, oferecendo atendimento especializado para os alunos com deficiência e auxiliando nos processos de aprendizagem dos mesmos. A Lei nº 8.069/90 (BRASIL, 1990, p. 11) estabelece que “A criança e o adolescente com deficiência serão atendidos, sem discriminação ou segregação, em suas necessidades gerais de saúde e específicas de habilitação e reabilitação”, sendo completada com o artigo 5º onde assegura que as mesmas serão respeitadas independentemente de sua deficiência.

Assim, ao possuir aluno com deficiências na sala de aula, os conteúdos ou temáticas abordados em aula deverão ser adaptados de modo que todos sejam incluídos e tenham o direito de aprender. A LDB em seu 59º artigo (p. 12) assegura ao aluno com deficiência o aprimoramento dos “I- currículos, metodologias, técnicas, recursos educativos e organizações específicas para atender [...] suas necessidades”. Assim, é dever do professor e da escola atender as especificidades de cada um.

Para que isso ocorra, é importante realizar um trabalho de conscientização com todos os alunos, na busca por respeito e acolhimento, bem como uma formação de professores que irá auxiliar na condução e planejamento das aulas, a partir deste primeiro contato. A declaração mundial de educação para todos (SALAMANCA, 1990) ressalta a necessidade de todos os professores realizem adaptações dos estudos de forma autônoma, de forma a atender as demandas e necessidades de todos os alunos.

Porém, a formação de professores ainda está carente de discussões e de componentes curriculares que auxiliem no atendimento das demandas das crianças com deficiência. A Lei nº 10.436/2002 assegura o ensino de Libras na educação superior, mas esta lei abrange somente uma deficiência - pessoas surdas - no entanto, é sabido que essas não são as únicas especificidades de ensino, existem outros tipos de deficiências nas escolas. Assim, a formação de professores precisa ser repensada de modo que amplie discussões e estudos sobre a inclusão escolar de maneira mais abrangente.

Além disso, a formação continuada para professores é assegurada por normativas, porém, nem sempre acontece e quando acontece perpassa por temas genéricos que pouco auxiliam nas reflexões e aprofundamentos necessários à prática pedagógica de alunos com deficiência.

Nesse sentido, as escolas, com apoio de suas mantenedoras, precisam adaptar-se às exigências que garantem a inclusão escolar dos alunos. Todos indivíduos que possuem alguma deficiência, têm direito de se locomover dentro das dependências da escola, assim, as mesmas estão iniciando o processo de adaptação nas suas estruturas, proporcionando a este público a liberdade de desfrutar todos os espaços deste ambiente, enfatizando a inclusão escolar.

Além disso as questões pedagógicas precisam se adequar às especificidades de todos. Nesse sentido,

[...] as escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências 17 e pessoas com outras características atípicas, etc. É o sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas) (SASSAKI, 1998, p.09-17).

Mesmo assim, é sabido que muitas instituições de ensino não têm estrutura para receber aluno cadeirante ou com deficiência visual, por exemplo. Ou seja, nem todas as escolas possuem rampas de acesso, corrimões, piso tátil, além de sanitários que atendam as demandas das pessoas com deficiências. Esses itens tornam o acesso de pessoas com deficiência mais seguro e facilitado, além de ser um direito deles e dever da escola em conjunto com o estado. A acessibilidade é um direito garantido por lei, tanto nos espaços públicos urbanos quanto rurais. Conforme o 2º artigo da Lei nº13.146/2015, inciso I, a acessibilidade é a

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2015, art.2).

Menezes e Santos (2002) relatam que são consideradas deficiências: a física que afeta a mobilidade; a coordenação motora e muitas vezes até a fala; a intelectual que se caracteriza no desenvolvimento intelectual abaixo da média; visual, perda parcial ou total da visão; auditiva, perda parcial ou total da capacidade de ouvir; e múltipla associação de duas ou mais deficiência em uma única pessoa.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência em seu artigo 2º da lei 13.146/2015, considera uma pessoa que possui deficiência “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial” (2016, p.8), sendo avaliado seu impedimento de mobilidade, psicológicos e sensoriais.

Assim, todos os locais devem se adequar e estar acessíveis para as pessoas com deficiência. Conforme o 3º artigo do Estatuto da Pessoa com Deficiência afirma, a acessibilidade é uma das principais ferramentas no processo inclusivo, nesse caso não são apenas as rampas de acesso. As pessoas com deficiência, precisam de todos os meios de locomoção facilitado, em transportes, calçadas, salas de aulas, banheiros, enfim, em todos os departamentos. De acordo com o 4º artigo do mesmo documento, as pessoas com deficiências têm direito igualitário, e as mesmas oportunidades que as pessoas sem deficiências, por isso, a discriminação passa a ser um crime.

De acordo com o 28º artigo do estatuto da pessoa com deficiências, o poder público é responsável por avaliar, analisar, incentivar e acompanhar o andamento da inclusão nas escolas, seja ela na parte física ou na parte pedagógica. Sendo assim, deverá ser disposto auxiliares de educação para esses alunos, classes especiais, oferta de educação bilíngue, materiais em braile, interpretes de libras, enfim todos os materiais pedagógicos, que visam a aprendizagem dos alunos com deficiência.

O artigo 30 complementa dispondo do direito que as pessoas com deficiências têm em acessar a educação superior, enfatizando que a instituição deve adequar suas formas de avaliações, bem como todos os auxílios necessários para seu processo formativo, ou seja, a instituição deve adaptar-se de acordo com a deficiência do indivíduo.

Portanto, os alunos com deficiências são assegurados por legislações, que amparam seu acesso e permanência nas escolas. De acordo com a LDB, as instituições de ensino têm a obrigatoriedade de atender esse público, proporcionando acesso físico e pedagógico de qualidade. Assim, as escolas, com auxílio da sua mantenedora, precisam estar preparadas para atender os alunos com deficiências, e trata-los de forma igualitária, enfatizando o respeito e auxiliando no seu processo de ensino e aprendizagem.

1.2 INCLUSÃO ESCOLAR NAS ESCOLAS DO CAMPO

As Escolas do Campo surgem das lutas e mobilizações dos movimentos sociais, as quais tem o propósito de atender os sujeitos do campo, abordando as temáticas utilizadas no local como objeto de estudo (CALDART, 2012). Além disso, a educação do campo “visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas” (CALDART, 2012, p. 257). É uma proposta de ensino considerada nova e em processo de construção que caracteriza

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade do movimento por uma educação do Campo é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, e a uma educação que seja no e do

campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (CALDART, 2005, p. 27).

Nesse sentido, as Escolas do Campo precisam abordar as especificidades do local onde o aluno atua em seu cotidiano. O objetivo das Escolas do Campo é formar indivíduos responsáveis e capazes de estabelecer relações entre os saberes científicos e os saberes locais/populares, além de entender as funções e conceitos que abrangem sua comunidade local, a fim de propor melhorias para aquela realidade. Por isso, se faz necessária uma educação pensada para o contexto do campo, partindo de temáticas que dialogam com a comunidade onde estão inseridos.

Por esse motivo, a educação do campo está se adequando cada vez mais, com o surgimento de novas formações que atendam as lacunas que esta metodologia apresenta. É importante saber que as Escolas do Campo também estão se adequando para receber alunos com deficiência. Porém, nota-se que ao se tratar de inclusão, tanto as Escolas do Campo quanto as urbanas, possuem dificuldades de relacionamento dos professores em sala, além dos diversos tipos de aprendizagem, isso ocorre por decorrência da formação acadêmica dos mesmos.

Então, visando a melhor relação entre ensino e aprendizagem, se faz necessária a formação continuada dos professores, a fim de refletir sobre as estratégias adequadas para os alunos com deficiência. Assim, os professores estarão mais preparados para atenderem as expectativas diversas dos alunos. Mendes (2004, p. 227) ressalta que a

[...] política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática.

A educação do campo utiliza metodologias, na maioria das vezes, que vão de encontro com a realidade em que o aluno está inserido, sendo assim ela utiliza metodologias de inclusão com todos, reconhecendo os seus saberes populares, dialogando na busca da construção de conhecimento científico, buscando uma aprendizagem mais ampla e significativa. Portanto, a diversidade não é uma condição e sim um direito. Ainda vale ressaltar que o ensino não precisa ser tradicional, cada aluno tem seu estilo e maneira de aprendizagem e cabe ao professor encontrar metodologias que valorizem o aprendizado dos mesmos.

Um fato preocupante é a grande dependência que as Escolas do Campo têm em relação às urbanas, pois é sabido que, muitas vezes, os problemas que ocorrem em uma escola por consequência ocorrem na outra também. No entanto, cada uma tem sua

identidade, sendo distintas entre si. Mendes (2006, p. 13) ressalta que “cada comunidade deve buscar a melhor forma de definir e fazer a sua própria política de inclusão escolar, respeitando as bases históricas legais, filosóficas, políticas e também econômicas do contexto no qual ele irá efetivar-se”. Para isso, o acesso à escola dos indivíduos com deficiência é garantido de forma regular. Segundo a UNESCO (Declaração de Salamanca, 1994, p. 10) “Aquele com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deve acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança e ser capaz de satisfazer tais necessidades”.

Nesse sentido, a educação do campo está se integrando cada vez mais, pois ela trata de uma perspectiva na qual todos os indivíduos são respeitados de acordo com seus saberes, incluindo assim todos os públicos, em busca de melhores condições de ensino e aprendizagem, valorizando o contexto em que os alunos estão inseridos. Os alunos que possuem algum tipo de deficiência têm seu direito garantido nas escolas regulares, todas as instituições de ensino têm de estar preparadas para receber este público. Assim, Sasaki afirma que

A inclusão escolar é vista como a melhor alternativa para os alunos segregados da escola regular, já que ela: representa um passo muito concreto e manejável que pode ser dado em nossos sistemas escolares para assegurar que todos os estudantes comecem a aprender que pertencer é um direito e não um status privilegiado que deva ser conquistado. (1997, p.18)

Desse modo, a inclusão deve envolver toda a comunidade escolar, enfatizando sempre o respeito e a união que primordial entre todos os indivíduos. Além disso, os professores precisam encontrar diversas formas de diálogo, que atendam às necessidades de todos os alunos. Para Mantoan (2009, p 17),

A prática pedagógica baseada em princípios inclusivos deve atender a diversidade humana utilizando-se de projetos pedagógicos amplos e diversificados e que se adaptem às distintas necessidades de todos os alunos, isto implica em maior flexibilidade nas situações de aprendizagem, ritmos, materiais e estratégias de ensino.

Portanto, para que as pessoas com deficiência sejam incluídas na sociedade, sem distinção, é necessária a formação, além disso, a formação dos professores precisa apresentar aspectos que tratam sobre a educação inclusiva. Outro fator importante é a estruturação física de instituições de ensino, para que possam garantir a livre circulação destes em suas dependências, uma vez que é direito de todos participarem das escolas no ensino regular.

1.3 O ENSINO DE CIÊNCIAS EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

O ensino de Ciências nas Escolas do Campo em muitos locais é tratado de modo tradicional e fragmentado, não envolvendo questões cotidianas no processo de aprendizagem dos alunos. Porém, nota-se em algumas escolas essa preocupação em interligar assuntos envolvendo os alunos no diálogo. Assim, “[...] é possível perceber que o ensino de Ciências evoluiu de acordo com as circunstâncias e à época, acompanhando o desenvolvimento da sociedade, haja vista sua forte presença na vida do homem” (CANEVER; FORTA; GIASSI; SANTOS, 2011, p. 70).

É perceptível, nas escolas, a fragmentação das disciplinas que compõe a área da Ciências da Natureza, isso é decorrente de lacunas nas formações acadêmicas dos professores. Além disso, as escolas não são auxiliadas pelo estado, então, não promovem formações continuadas adequadas para a reflexão de possibilidades de educação inclusiva. Ao longo dos anos a reestruturação do ensino passou por processos evolutivos, que desencadearam em um ensino mais qualificado, porém, ainda necessita-se de maiores avanços.

Enfatiza-se que o avanço do ensino de Ciências precisa ocorrer de modo crescente e contínuo. Porém, é notável que há lacunas na formação desse professor, sendo necessário repensar estratégias metodológicas tradicionalmente desenvolvidas nas escolas. Hamburger (2007 p.96) ressalta que

[no] Ensino de Ciências, a situação não parece ter melhorado, com a exigência de nível superior; os futuros professores continuam aprendendo muito pouca ciência e têm dificuldade de tratar temas científicos em aula em especial não se sentem preparados para realizar experimentos ou observações em classe com alunos.

Segundo ele, os professores recém-formados não se sentem preparados para abordarem conceitos científicos, sendo assim, as aulas se tornam monótonas e descontextualizadas. Além do mais, a área de Ciências da Natureza possibilita ao professor elaborar estratégias que envolvam atividades experimentais. Essa estratégia permite, através da visualização ou da audição, uma compreensão mais ampla dos conceitos que estão sendo tratados. Através dela, o professor consegue unir a teoria com a prática, incluindo todos os alunos no processo de ensino e aprendizagem.

Salienta-se, ainda, que a formação profissional dos professores, precisa se fazer presente de modo contínuo, em que novos aspectos sejam trabalhados, com o intuito de fortalecer os saberes pedagógicos dos professores. Para Imbernón (2011, p 64) os professores “precisam estar preparados para atender as transformações que vão surgindo

nos diferentes campos e para ser receptivos e abertos a concepções pluralistas, capazes de adequar suas atuações às necessidades dos alunos e alunas em cada época e contexto”.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu 28º artigo o poder público assegura a “formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio” (2016, p. 21), os alunos precisam estar amparados dentro das instituições de ensino.

Nessa acepção, os professores precisam se atualizar nos conceitos articuladores que envolvem a Ciências. É sabido que essa área está, sempre, em constante evolução, os conceitos estão sempre se atualizando, por esse motivo, é importante a busca e participação de atividades de formação que auxiliem metodologicamente no processo educacional. É notável, que muitos professores estão em um comodismo, que acaba afetando a aprendizagem dos alunos inseridos nos sistemas de ensino.

Brasil (2001) ressalta que o Ensino de Ciências precisa envolver o sujeito na busca de novas informações, nessa perspectiva, precisa trabalhar de forma inclusiva, independente das condições físicas, econômicas, étnicas e sociais. Nessa perspectiva Pietro (2006) salienta que a diversidade precisa ser respeitada e valorizada, sendo que todos devem ter acesso a uma educação de qualidade. O acesso perpassa os conceitos metodológicos, pensando em um espaço educacional, a acessibilidade deve estar presente, para tornar o acesso a todos os pontos das escolas, viáveis para qualquer tipo de deficiência.

Para Basso (2015) o Ensino de Ciências é de “crucial importância”, pois segundo ela, muitas ações tomadas no dia a dia, remetem a conhecimentos científicos, assim se faz necessário o conhecimento de conceitos científicos que visam a aprendizagem desses fenômenos. Vilela- Ribeiro e Benite (2010, p 587) “acreditam que o ensino de Ciências é essencial na educação para a cidadania, já que a participação efetiva na sociedade deve ser feita de modo racional, tendo o cidadão necessidades educativas especiais ou não”.

Nesse sentido, o ensino de Ciências é muito importante nas práticas cotidianas, pois, para diversas atividades utilizam-se de conceitos científicos, mesmo não tendo conhecimento dos mesmos. Assim, os professores possuem as ferramentas educacionais a seu alcance, basta relacionar as teorias com as atividades dos alunos. Este ensino precisa permitir que os alunos elaborem/adquirem/construam conhecimento, desse modo eles utilizarão as informações para melhorar o dia a dia.

No entanto, nem todos os professores utilizam metodologias para melhorar a aprendizagem dos alunos com deficiências. Mantoan (2007) relata que algumas técnicas utilizadas pelos professores de Ciências, acabam excluindo os alunos do processo educacional. Quando o ensino é fragmentado e tradicional, ele se torna excludente, além disso, algumas metodologias se tornam ultrapassadas, necessitando de aspectos que visam a inclusão e participação de todos os envolvidos. Frisa-se que a educação é um direito assegurado para todos, independente de suas condições físicas ou psicológicas.

Nessa perspectiva, cada aluno tem sua forma própria para aprender, cabe ao professor respeitar e auxiliá-los com o intuito de inclui-los. As escolas não podem utilizar a mesma metodologia para todos, o professor deve adaptar e caracterizar os conteúdos de acordo com a aprendizagem de cada um, tornando a aula um objeto de aprendizados significativos.

Ao longo da história, o ensino de Ciências foi tratado de modo secundário sendo fragmentado em disciplinas, onde cada uma delas trabalha um aspecto dissociado do outro. Sabe-se que a ciência integrada: Ciências físicas (física, química, geologia e astronomia) e biológicas (biologia geral (anatomia e fisiologia) botânica e zoologia) envolve de forma interdisciplinar os aspectos químicos, físicos e biológicos das temáticas, sendo assim, ela contempla conceitos cotidianos que visam melhor interpretação dos dados. Nesse viés, destaca-se as poucas pesquisas realizadas na área inclusiva para trabalhar o Ensino de Ciências, o que demonstra a necessidade de pesquisas que tratam do tema aqui discutido.

Como já visto, a área de Ciências da Natureza compõe-se das disciplinas de Física, de Química e de Biologia. Basso (2015) afirma que os conceitos referentes ao estudo da física e química na perspectiva inclusiva, quase não é encontrado, ainda há um aspecto que dificulta a inclusão, a física é um componente em que se utiliza principalmente do recurso visual; assim, para alunos cegos, há uma dificuldade maior de compreensão. A biologia também é um componente que predomina a visualização, porém (BAZON; KIIL; PAULINO; REIS; VAZ, 2012) através de pesquisas, é perceptível adaptação dos conteúdos em forma do Braille¹ para alunos cegos, e em cores vibrantes para alunos de baixa visão.

Nessa acepção, é preciso encontrar caminhos metodológicos que visam a inclusão de todos os alunos no processo de aprendizagem, seja ele de qualquer área do

¹ Braille: é um sistema de pontilhados utilizados pelas pessoas cegas, onde percebem o que está escrito através do tato.

conhecimento. É através de atividades que visam a práxis, que os alunos constroem conhecimentos, e muitas vezes são instigados na busca por novas pesquisas, o que os torna sujeitos críticos e investigativos.

Basso (2015, p. 44) destaca que “O ensino de Ciências na perspectiva da Educação Inclusiva, mais especificamente em relação à escolarização de alunos com deficiência, ainda tem um longo caminho a percorrer”, pois ainda existem lacunas nos planejamentos, e nas formações acadêmicas, para envolver todos os alunos na aprendizagem. Então,

[...] os conhecimentos sobre o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais não podem ser de domínio apenas de alguns “especialistas”, e sim apropriados pelo maior número possível de profissionais da educação, idealmente por todos. Todavia, se considerarmos que o atendimento do referido alunado em classes comuns é a determinação privilegiada nos últimos anos, podemos afirmar que ainda há muitos professores dos sistemas de ensino com pouca familiaridade teórica e prática sobre o assunto. (SILVA; CAVALARI, 2010, p.210)

A Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996), destaca que a formação de professores precisa abranger aspectos científicos e sociais, além disso, é necessário que ocorra a práxis, relação entre teoria e prática, nesse sentido a educação pode ser trabalhada de modo integrado e metodológico, desde a academia, para que durante a sua atuação em escolas, ocorra o ensino de qualidade na perspectiva inclusiva

Sendo assim, a maioria dos professores não se sentem com formação suficiente para atender as demandas dos alunos com deficiência. Além do mais, Basso (2015) afirma que as escolas não contam com auxiliares para tornar o ensino das crianças com deficiência mais acessível. Ainda, segundo ele, há uma grande falha na construção de materiais, pois existem poucos materiais didáticos para trabalhar as disciplinas com os alunos com deficiência. Os componentes que envolvem as Ciências da Natureza contam com pouquíssimas informações em materiais (BASSO, 2015), os de física quase não são encontrados.

Além dos poucos materiais encontrados, muitas vezes, os que são produzidos não chegam até as escolas, dificultando para os professores trabalhar todos os assuntos com os alunos com deficiências. Nesse sentido, torna-se importante que as escolas tenham à disposição diferentes materiais didáticos, para que esses sejam facilitadores da construção da aprendizagem desses alunos.

Por esse motivo, busca-se a compreensão da temática inclusão escolar, pois ela ainda carece de metodologias diferenciadas. Para que isso ocorra, é importante a construção de bibliografias que trabalhem ou auxiliem o trabalho dos professores com os alunos com deficiência, uma vez que muitos professores não apresentam preparação

adequada para isso. Basso (2015) destaca que as adequações precisam ser iniciadas nas instituições de Educação Superior, assim, para ela na educação inclusiva deve haver “[...] à interação entre professor e aluno, ao uso de estratégias específicas e à formação de professores devem ser objeto de análise por pesquisadores e professores da área, de maneira que alterações efetivas na prática pedagógica possam ocorrer” (BASSO, 2015, p. 39). Nesse sentido, a relação entre professor e aluno é o diferencial para que a aprendizagem aconteça.

O ensino de Ciências, muitas vezes, é visto como um estudo de grande complexidade, sendo de difícil interpretação para os alunos que apresentam deficiência, Basso (2015) relata a possibilidade da aprendizagem desses alunos, se os professores se desafiarem na busca por metodologias diversificadas e amplas, esse é o caminho a ser seguido para que a educação seja inclusiva.

Ainda segundo ela, é sabido que cada deficiência exige adaptações metodológicas para que os alunos tenham acesso aos conhecimentos escolares. Levando em conta a área de Ciências da Natureza, a disciplina de Física é a que mais apresenta dificuldades para adequações, uma vez que a metodologia utilizada, na maioria das vezes, é a observação.

Portanto, o ensino de Ciências nas Escolas do Campo precisa ser melhor discutido e problematizado e, para isso, é necessária a busca de novos conhecimentos e metodologias dos professores, formas práticas de apresentação de conteúdo, relacionando a teoria com a prática. As Ciências já surgem com o intuito de se desenvolver diversas metodologias para melhorar a aprendizagem dos alunos, assim, este pode ser um caminho a ser praticado, para o processo de inclusão de pessoas com deficiências. Neste viés, as aulas poderiam ser mais atrativas, despertando a atenção dos alunos, envolvendo-os nesse processo de aprendizagem. Porém, para que ocorra esse envolvimento é importante uma formação inicial e continuada de professores qualificada.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, apresenta-se o percurso metodológico trilhado no decorrer da pesquisa, delineando o universo da pesquisa, trazendo os objetivos específicos e caracterizando a coleta das informações, a análise e tratamento delas.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi desenvolvido em 2017 e contou com a análise e pesquisa nas Escolas Municipais do Campo do Município de Itatiba do Sul/RS. Para a pesquisa, foram utilizados como instrumento:

- a) Um questionário, aplicado para dois professores de Ciências (Apêndice A) que trabalham em duas Escolas do Campo do mesmo município, no ensino fundamental - anos finais. O município conta com duas Escolas do Campo, atendendo alunos dos anos finais do Ensino Fundamental. Conta com três professores da área de Ciências da Natureza, sendo um deles, a pesquisadora. Portanto, a pesquisa abrangeu a totalidade de escolas do campo do município em questão;
- b) Um questionário aplicado para um representante da secretaria municipal de educação do município acima citado (Apêndice B);
- c) Observação do espaço das duas Escolas do Campo do município, de modo a perceber os espaços físicos que elas oferecem aos alunos, em especial, aos alunos com deficiência.

Esse trabalho se propõe a compreender o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas Escolas do Campo localizadas em Itatiba do Sul/RS. Caracterizando o perfil das escolas e dos alunos, analisando como ocorre o acesso e a permanência dos alunos com deficiência, e verificando as estratégias metodológicas para o ensino de Ciências na mesma.

Nesse sentido, partindo do objetivo geral e da problemática de pesquisa deste trabalho, os objetivos específicos da pesquisa foram:

- a) Caracterizar o perfil das escolas e dos alunos do campo de Itatiba do Sul/RS;
- b) Analisar como ocorre o acesso dos alunos com deficiência nas Escolas do Campo de Itatiba do Sul/RS;
- c) Investigar os desafios da permanência dos alunos com deficiências nas Escolas do Campo de Itatiba do Sul/RS;
- d) Investigar estratégias metodológicas para o ensino de Ciências da Natureza na perspectiva da inclusão escolar.

A proposta metodológica deste trabalho é a pesquisa qualitativa, de campo e de natureza exploratória e interpretativa. A pesquisa consiste basicamente na busca por respostas. Gil (2007, p. 17), define a pesquisa como um “[...]procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados”.

A forma qualitativa de dados aponta grande diversidade na coleta, esta forma de pesquisa não se detém tanto a percentuais numéricos, procura ter uma identidade própria, visando a compreensão da escrita. Assim (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32)

Os pesquisadores que utilizam os metodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

Dessa forma, foram utilizados vários instrumentos para chegar a sistematização dos dados. A análise realizada partiu de observações nas escolas e estudo de caso. Além disso, foi utilizada a pesquisa de campo que contou com uma pesquisa realizada fora da universidade (nas escolas do campo), e relaciona-se com as fontes e instrumentos de informação acima mencionados.

O desenvolvimento do presente estudo ocorreu em quatro momentos, sendo o primeiro momento a delimitação do espaço a ser investigado e tema. Partindo da temática “Inclusão escolar de alunos com deficiências em Escolas do Campo”, buscou-se a caracterização dos espaços escolares das Escolas do Campo de Itatiba do Sul/ RS.

O segundo momento caracterizou-se da pesquisa com os professores de Ciências das Escolas do Campo e do membro da secretaria de educação. Nesse sentido, foram desenvolvidas algumas questões para caracterizar a formação e o espaço em que estão inseridos, além de analisar, com base nos questionários, as metodologias utilizadas para o desenvolvimento das atividades com os alunos com deficiência.

No terceiro momento foi realizada a observação nas Escolas do Campo do município. Assim, foram feitos registros sobre a acessibilidade que essas escolas oferecem aos alunos e à comunidade escolar em geral.

O quarto momento consistiu na transcrição e sistematização dos dados coletados nos questionários, bem como na análise de todo o material coletado, tanto nos questionários quanto na observação.

No capítulo a seguir apresenta-se a análise e discussão das informações coletadas com os professores de Ciências, com o membro da secretaria municipal de educação, bem

como com a observação do espaço físico das Escolas do Campo da rede municipal de Itatiba do Sul.

3. ANÁLISE E DISCUSSÕES DE DADOS

Os dados foram coletados através de questionários com um membro da secretaria de educação, com os professores de Ciências das Escolas Municipais do Campo de Itatiba do Sul, além de observações e análises da estrutura física das escolas.

Para manter a privacidade dos participantes, foram utilizadas siglas, conforme apresentado no quadro 1.

| | |
|----------------------------------|----|
| Escola Municipal do Campo | E1 |
| Escola Municipal do Campo | E2 |
| Membro da secretaria de Educação | S1 |
| Professor da Escola 1 | P1 |
| Professor da Escola 2 | P2 |

Quadro 1. Instituições e sujeitos que participaram da pesquisa.
Fonte: Autoria própria

O professor P1 atua em Escolas do Campo há 3 anos, em um total de 12 anos de trabalho, formou-se no ano de 2003 em Licenciatura Ciências da Natureza/ Química (UNICS/PR), com pós-graduação em Gestão: Administração, Supervisão e Orientação Escolar (CELER/SC). Em sua experiência profissional como docente, o professor comenta que em todos os anos trabalhou com alunos que possuíam alguma deficiência.

O professor P2, está atuando há 4 anos em Escolas do Campo, está concluindo sua formação no curso Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências da Natureza- Licenciatura (UFFS/ Erechim/ RS), sua atuação profissional docente sempre foi em Escolas do Campo, sendo que em 3 anos trabalhou com alunos com deficiências.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DAS ESCOLAS E DOS ALUNOS DAS ESCOLAS DO CAMPO

O município de Itatiba do Sul- RS conta com 04 escolas municipais sendo 02 urbanas e 02 caracterizadas do campo. Os dados foram coletados a partir do questionário aplicado ao membro da secretaria de educação do município. As escolas Municipais do Campo foram denominadas de E1 e E2.

As escolas urbanas recebem, em grande parte, alunos que residem no campo. O município de Itatiba do Sul/ RS, é um município pequeno, com aproximadamente 4171 habitantes (CENSO, 2010), assim, o número de alunos que frequentam as 4 escolas não é tão significativo, se compararmos com municípios maiores, segundo S1 o número de alunos que frequentam as 4 escolas é de aproximadamente 302, a maioria deles residem

no meio rural, assim, as escolas da cidade também atendem o público do campo. De acordo com S1 o número de alunos nas duas Escolas do Campo é de 177. Bem como S1, as Escolas do Campo do município, tem matriculados 6 alunos que possuem deficiências, esses alunos são encaminhados para a sala multifuncional.

A partir dos dados coletados percebe-se que as Escolas do Campo possuem mais alunos que as escolas urbanas, isso reforça a importância de os professores buscarem metodologias que visam a relação entre os diversos saberes, considerando a realidade em que estão inseridos e, ao mesmo tempo, instigue o senso crítico e pesquisador de cada aluno. Ressalta-se que as Escolas do Campo também fazem parte dos processos inclusivos e atendem alunos com deficiências.

Assim, os alunos “[...] têm direito a um apoio pedagógico especializado, em outro horário” (BRASIL, 2007, p. 11) além de materiais que garantem e auxiliem no processo de ensino e aprendizagem. Nessa perspectiva, segundo S1, as escolas municipais contam com uma sala multifuncional², situada apenas em uma das Escolas do Campo. Esta sala atende todos os alunos com deficiências e problemas de aprendizagem, no turno contrário das aulas do ensino regular.

A secretaria de educação, conforme S1, disponibiliza para os alunos com deficiência, transporte com acompanhante, para realizar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na sala multifuncional. Nessa sala atuam professores especializados na educação especial. Segundo S1, os professores da sala possuem pós-graduação em educação inclusiva. De acordo com Brasil (2007), todos os alunos têm direito a um apoio especializado, fora do horário de aula, esse atendimento tem como objetivo auxiliar a garantia à aprendizagem dos alunos com deficiências.

Na sala de aula, de acordo com a lei nº 13.146/2015, os alunos com deficiências têm direito assegurado, de acompanhante educacional especializado além de professores com formação para trabalhar em sala de aula, para que possam participar ativamente das aulas.

Conforme S1, durante o período letivo a secretaria disponibiliza cursos de formação para todos os funcionários. Nessas formações, em anos anteriores, S1 relata que houve formações sobre a educação inclusiva, com o intuito de auxiliar os professores na inclusão dos alunos com deficiências. Segundo ele, os professores que atendem na sala multifuncional não recebem formação individual para trabalharem na sala multifuncional,

² Sala multifuncional: sala especializada, com professores com formação específica, que atende crianças com deficiências.

pois estes, para atuar nas salas de recursos, necessitam ter formação específica exigida por lei.

Na maioria das vezes, segundo S1, os professores que apresentam a necessidade de adquirir mais conhecimentos sobre a educação inclusiva, procuram de forma individual especialização que visam suprir essas necessidades.

Conforme S1 relata, atendendo as leis que se referem à inclusão escolar, foram adquiridos alguns materiais didáticos, bem como realizadas adequações no ambiente escolar. Segundo ele, no período de 2009 eram encaminhados para os municípios verbas para adequações e compras de materiais na perspectiva inclusiva para as salas de recursos. Ainda segundo ele, os materiais utilizados para a educação inclusiva estão quase todos disponíveis, de acordo com a necessidade de cada deficiência. Com base no artigo 11, e complementando com o artigo 13 da Constituição Federal as estruturas físicas dos departamentos públicos e privados precisam, urgentemente, de adequações acessíveis, que visam a independência das pessoas com deficiência.

Em relação a recursos financeiros, de acordo com S1, hoje não são mais enviados apoios financeiros exclusivos para a educação especial; o único valor que a secretaria de educação recebe pelos alunos com deficiência é um percentual a mais para a merenda escolar. Conforme S1 relata, a educação recebe verbas repassadas dos governos estaduais e federal, tais como o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), PEATE/PENATE (Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar) e o PENAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

De acordo com as respostas dos questionários, o representante da secretaria de educação do município acredita que precisa investir na formação dos professores, bem como nas adequações dos espaços físicos, pois, nem todos os espaços são acessíveis a todos os alunos, já que de acordo com ele, as Escolas do Campo são antigas e não foram projetadas para o contexto atual, em que a acessibilidade é um direito inquestionável.

3.2 ACESSO DOS ALUNO COM DEFICIÊNCIAS NAS ESCOLAS DO CAMPO

No município de Itatiba do Sul/ RS, as escolas foram observadas com o intuito de analisar o acesso dos alunos com deficiências. Nesse sentido, foram analisadas a estrutura física das salas de aula, espaços comuns, bem como as bibliotecas e sala multifuncional.

As Escolas do Campo possuem sua estrutura física bastante antiga. Foram feitas algumas alterações para adequar o espaço para todos os alunos, porém, ainda não atende

as diferentes necessidades dos alunos. É sabido que a acessibilidade é um direito de todos as pessoas que possuem deficiência, de acordo com a lei nº 13.146/2015.

Além disso, esse é um direito válido tanto para as localidades urbanas, quanto para as rurais; todos, independentemente do local, precisam se adequar de forma inclusiva, de acordo com a lei nº 13.146/2015, todos precisam ter acesso com segurança e autonomia em edifícios, transportes públicos informação e comunicação.

As escolas objeto dessa pesquisa foram denominadas de E1 e E2. A E1 atende pouco mais de 100 alunos, deste número possui 6 alunos com deficiências variadas (deficiência física, esquizofrenia, deficiência intelectual), sua estrutura física não é acessível para as diversas deficiências. Possui 2 blocos sendo um deles com dois andares, o acesso de um bloco para outro é através de escadas, não apresenta corrimões, rampas de acesso e piso tátil. Frisa-se novamente que a acessibilidades deve existir em edifícios públicos conforme a lei nº13.146 de 2015.

Em sua faixa de entrada apresenta uma escada extensa com corrimão. Segundo a coordenação os corrimões foram instalados, pois dois alunos com deficiência física começaram a fazer parte da comunidade escolar. Sendo assim necessitavam de amparo para poder chegar até a escola.

Já a E2 é um pouco menor, possui um único bloco, com um pátio bem amplo, para que os alunos tenham acesso a todas as partes da escola, foram implementadas rampas, porém, não apresenta corrimão, nem piso tátil. Essa escola não possui nenhum aluno com deficiência, contudo, possui alguns alunos com problemas de aprendizagem.

Diferente da E2, a E1 apresenta sala multifuncional, essa por sua vez, atende todos os alunos com deficiências e problemas de aprendizagem das escolas municipais. A sala multifuncional, segundo a coordenação, conta com livros, jogos em braile e computador adaptado, havia uma impressora adaptada, que no momento não está funcionando. Contudo, esses materiais não são utilizados, pois as escolas municipais não contam com alunos com deficiências visuais.

De acordo com Brasil (1990) a inclusão deve estar presente em todos os locais da escola, além disso, as escolas precisam atender a todo o público, independentemente de suas especificidades. Nesse viés, elas precisam estar adaptadas para que todos tenham acesso a sua região interna e externa. Todavia, existem muitas lacunas nas estruturas desses compartimentos, um exemplo são os banheiros não adaptados para acomodações dos alunos com deficiência.

Ressalta-se que

Uma escola inclusiva [...] deve garantir condições para que as crianças possam se locomover em todos os ambientes, providenciando a construção de rampas ou elevadores para acesso, inclusive aos pisos superiores, de banheiros adaptados para a acomodação de cadeiras de rodas, colocação de corrimões, instalação de pisos antiderrapantes, sinalização para alunos de baixa visão e para alunos surdos. (BRASIL, 2007, p. 11).

A legislação garante que todo aluno com deficiência necessita de acompanhamento especializado, porém nem sempre isso ocorre no turno regular de aula. Eles participam da sala de acordo com sua respectiva idade, poucos deles possuem um auxiliar para desenvolver suas atividades. No turno contrário ao de aula, tem AEE com professoras com formação específica para atuar na área. O acesso desses alunos até escola se faz por meio do transporte escolar.

Portanto, é perceptível que no decorrer dos anos foram construídos espaços que auxiliam na comodidade dos alunos com deficiências, além de adaptarem algumas metodologias de ensino. Porém, ainda temos um caminho longo para percorrer em relação à inclusão escolar, iniciando por formação de qualidade e estruturas amplas e condicionadas para atender toda a diversidade dos alunos.

3.3 PERMANÊNCIA DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS NAS ESCOLAS DO CAMPO

Para Caldart (2012) as Escolas do Campo já surgem com um viés acolhedor, que visa a inclusão dos povos do campo, que eram excluídos dos sistemas de ensino, e que hoje ainda vivem a exclusão em determinados grupos sociais. No entanto, observa-se que a estrutura dessas escolas é antiga, dificultando o acesso. Além disso, muitos professores não tiveram ao longo de sua formação, componentes curriculares que tratavam da inclusão escolar. P1 afirma que durante sua formação nenhum componente discutiu as especificidades dos alunos com deficiência.

Já P2 em seu processo de formação, teve uma disciplina de Libras, que segundo ele, auxilia na inclusão dos alunos, por mais que o mesmo atualmente não trabalha com nenhum aluno com deficiência auditiva. Vale a pena ressaltar que as deficiências encontradas na escola são inúmeras, sendo necessário mais componentes na formação de professores que discuta a temática.

Nesse sentido, Moreira (2007) resalta que as universidades ainda precisam se adequar, pois um único componente curricular não suprirá a necessidade de formação para esses professores, uma vez que ao entrar em sala de aula, o mesmo irá se deparar com diversas realidades.

No decorrer do questionário, P1 relata que os alunos com deficiências permanecem nas escolas, “porém, dependendo da necessidade do aluno e do acolhimento que a escola faz como um todo, a qualidade do aproveitamento escolar não pode ser tão bom”. Nesse sentido, muitas vezes o acolhimento ocorre somente fora da classe, dentro da sala o aluno passa a ser excluído do contexto em que os colegas estão inseridos, além disso em muitas localidades a proposta inclusiva não se efetiva na sala de aula.

Para P2 os alunos permanecem nas escolas, contudo nem sempre participam das mesmas atividades que seus colegas realizam. Vale ressaltar que “é importante que a escola respeite cada criança com seu jeito próprio de aprender [...] uma escola com uma única metodologia [...] para todos os alunos está mais que ultrapassada” (BRASIL, 2007, p. 12). Nessa acepção, as adaptações de conteúdos e temáticas para que todos os alunos tenham acesso é uma metodologia válida, desde que essa metodologia não exclua ainda mais os mesmos do sistema de ensino.

Quanto à preparação dos professores para atender os alunos com deficiências nas Escolas do Campo, P1 relata que os professores não estão preparados para trabalhar essa realidade pois “algumas necessidades exigem mais habilidades dos professores que

outras e por muitas vezes mesmo sendo uma situação não complexa, outros fatores como turmas relativamente grandes dificultam o atendimento mais individualizado e necessário para o aluno especial”. P2 também concorda que os professores não estão preparados para trabalharem com alunos com deficiências. Nesse sentido, se faz necessária a formação continuada dos professores.

Para P2 ainda existem muitas dificuldades de acesso nas escolas para os alunos com deficiências, principalmente na acessibilidade física. Já P1 relata que quanto à realização de matrículas, não existem dificuldades, pois as escolas precisam se adequar ao processo inclusivo e as normativas federais e estaduais.

Para ambos os professores que responderam o questionário, a educação inclusiva enfrenta muitos desafios. P2 ressalta que em primeiro lugar, a escola não está preparada física e pedagogicamente. P1 percebe “uma certa ‘exclusão’ por parte de alguns colegas em algumas situações de trabalho coletivo com alunos que apresentam [...] deficiências”. Além disso, segundo ele, a escola nem sempre dispõe de monitor para acompanhamento do aluno com deficiência.

Para mudar essa realidade, P1 acredita “que seja possível com trabalho diário e intenso de conscientização na escola, e também com o passar do tempo a sociedade de uma forma geral está aceitando esta realidade, até porque num passado não muito distante as famílias ‘escondiam’ seus filhos com necessidades especiais em casa por preconceitos”.

Assim, é preciso que se realize trabalhos de esclarecimento e conscientização com a população e com os alunos, além de oferecer aos professores uma formação de qualidade para se trabalhar na perspectiva inclusiva. Além disso, é preciso de amparo por parte das secretarias de educação para que juntos, possam tornar a educação inclusiva efetiva para todos.

3.4 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA O ENSINO DE CIÊNCIAS NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR

Tenório et al (2009) ressaltam sobre a importância do Ensino de Ciências em uma perspectiva inclusiva, salientando que todos devem fazer parte deste processo de ensino, independentemente de sua razão social, classe econômica, ou qualquer tipo de deficiência. Basso (2015) enfatiza a importância dos professores nessa ação, onde cada um tem a responsabilidade de elaborar planejamentos que atendam a todo alunos.

A inclusão escolar na área de Ciências da Natureza também precisa ser discutida, problematizada e ampliada. Nesse sentido, para P1, não é difícil trabalhar Ciências com alunos que apresentam deficiências, contudo, “sempre precisamos dar atenção diferenciada a eles e nem sempre é possível essa atenção com qualidade”. De acordo com ele, durante as aulas, são utilizados recursos visuais que auxiliam na aprendizagem dos alunos. Já P2 ressalta que ainda é grande a falta de material didático para trabalhar. Assim, “o professor precisa construir seu próprio material”. Nessa acepção, observa-se lacunas na formação dos professores, em que os mesmos não estão preparados para atenderem alunos com deficiência.

Para Basso (2015), é necessário que os professores planejem suas ações na perspectiva inclusiva, elaborando planejamentos que vão de encontro com a necessidade de cada indivíduo. Além disso, o Ensino de Ciências desperta o interesse científico dos alunos, e a busca por novas informações, tendo isso em vista, o uso de metodologias variadas auxilia no processo de ensino e aprendizagem dos alunos com deficiências.

De acordo com P1, a metodologia que ele mais utiliza é o contato direto com o aluno que possui deficiência, com atendimento individual. Ele ressalta que “cada caso é diferente”. Além de atendimento individual, ele prepara resumos, de compreensão mais fácil e ainda “se o aluno frequenta a sala de recurso, peço à professora referências para dar ênfase no conteúdo que eu considero que seja mais importante para a sua vivência. Não existe receita pronta para estes casos”.

Para P2, “a inclusão ocorre de diferentes maneiras, dependendo do tipo de deficiência que os alunos possuem. Mas a inclusão ocorre trabalhando os conteúdos de forma que estes alunos possam entender, de forma visual e palpável”. Partindo dessas respostas, percebe-se a importância da utilização de metodologias que garantam a aprendizagem do aluno.

O Ensino de Ciências nos remete ao estudo de práticas pedagógicas planejadas e articuladas com os conceitos da área. Para Cardoso (2013), as atividades práticas são de grande valia no processo de aprendizagem dos alunos. P1 afirma que utiliza “situações práticas” que remetem a bons resultados, além de ser mais atraentes para os alunos.

De acordo com P1, nos últimos 10 anos de carreira, encontrou alunos com deficiência. Na Rede Municipal de Ensino, no momento, não atende nenhum aluno com deficiência, mas, na Rede Estadual, o exemplo mais recente, segundo ela, é um aluno que possui deficiência visual, onde o mesmo necessita de um acompanhamento individual.

Conforme P2, as escolas não disponibilizam de materiais que auxiliem no trabalho com os alunos com deficiência. Ainda segundo ele, o único apoio é a sala multifuncional, porém, os professores da sala multifuncional não trabalham de forma integrada com os professores da sala de aula.

Pensando em um Ensino de Ciências que inclua todos os alunos independentemente de suas necessidades, é necessário que os professores busquem informações e metodologias que vão de encontro com cada um dos alunos. Sabe-se que as Ciências Naturais é, tradicionalmente, uma área em que utiliza-se muito a visualização, porém, ela também é adaptável. Assim, é importante que as formações para professores sejam continuadas, com planejamentos e reflexões coletivos, pois é dessa maneira que todos participarão de um processo inclusivo de ensino e aprendizagem.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento dessa pesquisa, cujo objetivo foi “compreender o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas Escolas do Campo localizadas em Itatiba do Sul/RS”, nos proporcionou uma visão ampla sobre como ocorre o acesso e a permanência dos alunos com deficiências nas Escolas do Campo. Além disso, o estudo apontou as dificuldades que as escolas e os professores ainda enfrentam para incluir todos os alunos no processo de ensino e aprendizagem. A inclusão escolar exigiu novas posturas diante todos os contextos da sociedade.

As pessoas com deficiências eram discriminadas por todos na sociedade, além de serem excluídas dos processos de ensino, ou seja, eram tratadas com preconceito e discriminação. Levando isso em conta, a sociedade, na atualidade, evoluiu em alguns aspectos referente ao tema acima abordado. Hoje as pessoas com deficiências, conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência, têm acesso a todos os departamentos públicos, sendo obrigatória a aceitação dos mesmos. No entanto, em muitas localidades essas leis não passam do papel, muitos locais, inclusive instituições de ensino, não possuem adequações para todos os públicos.

Durante um longo período a sociedade foi se modificando e eliminando certos preconceitos. A educação para os alunos com deficiência passou a ser obrigatória, sendo assim, nenhuma escola deve excluir esses alunos, eles precisam ser amparados nas turmas de acordo com sua idade escolar. Além disso, as escolas precisam auxiliar os professores, para que esses alunos consigam a concretização de uma aprendizagem significativa.

Nessa perspectiva, ainda há um longo caminho para percorrer. As Escolas do Campo analisadas ainda carecem de infraestrutura física e formação pedagógica para, de fato, oferecer acesso e permanência de todos os alunos com deficiência. Além disso, é necessário que as instituições de educação superior repensem a formação de professores, uma vez que ainda existem lacunas quando se trata de educação inclusiva. Conforme os professores pesquisados, durante as suas formações acadêmicas, a temática quase não foi discutida, resultando em dificuldade pedagógica e metodológica para o trabalho em sala de aula, uma vez que o currículo escolar é pensado somente para os alunos que não possuem deficiência. Sendo assim, muitas vezes, os professores sentem-se limitados no trabalho com a educação inclusiva, muitas metodologias são excludentes, o que dificulta a aprendizagem desses.

Por isso, a formação continuada de professores é de grande importância, pois os auxilia a repensar suas práticas pedagógicas e buscar alternativas para trabalhar com os alunos de acordo com suas necessidades, uma vez que as escolas já contam com AEE.

Nessa perspectiva, as escolas juntamente com a comunidade escolar (professores, pais, funcionários e alunos) precisam trabalhar em cooperação, buscando atender as demandas de todos os alunos seja ela física ou pedagógica. De acordo com a lei nº 13.146/2015 em seu 3º artigo a acessibilidade é um dos principais fatores determinantes da inclusão, pois dá ao aluno com deficiência a liberdade de circulação em todas as dependências. Porém ao analisar a estrutura física das escolas, notou-se uma grande carência nesse sentido, pois não apresentam espaços que atendam as demandas de todos os alunos com deficiências, as escolas possuem sua estrutura antiga e foram reformados alguns espaços para torna-la acessível, porém, nem todas as modificações foram feitas, estando em desacordo com a legislação nacional.

Na estrutura pedagógica, apresenta diversos materiais que auxiliam no trabalho da sala multifuncional, porém, alguns materiais encontram-se quebrados, sendo deixados de lado, nem todos os alunos contam com auxiliares nas aulas do turno regular. Sendo assim, muitas vezes os professores acabam não suprimindo todas as necessidades dos alunos.

No ensino de Ciências também existem limitações, os professores comentam que há uma falta de materiais pedagógicos que auxiliem na formação dos alunos com deficiências, além disso segundo eles, na sala não conseguem trabalhar todos os conceitos científicos, pois, cada aluno apresenta uma especificidade, o que torna difícil a atenção para os alunos com deficiências.

Ainda sobre o ensino de Ciências, os professores relatam que muitas vezes esses alunos acabam excluídos, de certa forma, do processo de ensino. Assim, foi perceptível a grande dificuldade de incluir os alunos com deficiências nas escolas, bem como nas turmas regulares de ensino.

Nesse sentido, volta-se a frisar a importância de espaços de formação continuada para professores, bem como de formações acadêmicas que visam trabalhar a inclusão escolar, somente assim teremos uma educação de qualidade para todos, independentemente de sua razão social, étnica, física ou econômica. Todos têm direito a uma educação gratuita e de qualidade, então para que a educação seja de qualidade, necessita-se de investimentos em diversas frentes: tanto na infraestrutura, quanto em materiais didático-pedagógicos, assim como em recursos humanos, com professores com formação adequada e oferta de formações continuadas frequentes sobre a inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

- ALEJANDRO.P.; CALDART. S. R.; FRIGOTTO. G.; PERREIRA. B. I. **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro e São Paulo; Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio, expressão popular. 2012. Pág. 257-264.
- BASSO S. P. S. **Curso de licenciatura na área de Ciências: a temática de educação escolar de alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Bauru, 2015.
- BATISTA M. A. C; MANTOAN E. T. M. **A deficiência mental**. Brasília- DF, 2007.
- BAZON F. V. M; KIIL K. B; MELLO C; ORLANDO T. C PAULINO A. L; REIS M. X DOS; VAZ J. M. C. **Material didático para o Ensino de Biologia: Possibilidades da Inclusão**. Revista de pesquisa em educação em Ciências. V. 12, nº 3, 2012.
Disponível em:
<<http://mail.google.com/mai/u/0/#inbox/16030d5ed0aeaeae9?projector=1>. Acesso em: 15/12/2017.
- BRASIL/ Ministério da educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. 2001. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 20 de Abril de 2017.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990.
- BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva de educação inclusiva**. 2008.
- CAIADO, K. R. M.; MELETTI, S. M. F. **Educação especial na educação do campo: 20 anos de silêncio no GT 15**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 17, p. 93-104, 2011
- CAPORAL. R. F. **Bases para uma Política Nacional de Formação de Extensionistas Rurais**. Brasília – DF . 2009.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Construindo uma nova extensão Rural no Rio Grande do Sul. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, 2002.
- CARDOSO de S. F. **O uso de atividades práticas no Ensino de Ciências: na busca de melhores resultados no processo de ensino aprendizagem**. Lajeado, 2013.
Disponível em:<
<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/380/1/Fab%C3%ADola%20de%20SouzaCardoso.pdf>. Acesso em: 21 e novembro de 2017
- CARNEVER C. F; FROTA P. R de. O; GIASSI M. G; SANTOS A. C. dos. **A importância do Ensino de Ciências na percepção de alunos de escolas da rede pública municipal de Criciúma- SC**. Revista Univap. São José dos Campos- SP. V.17, nº 30, 2011. Disponível em: <file:///D:/Meus%20Documentos/Downloads/29-257-1-PB.pdf>. Acesso em 15/12/2017.
- DUK, C. **Educar na diversidade: material de formação docente**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.
- FACION, J. R. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: Ibpe, 2009.
- GERHARDT. E. T; SILVEIRA.T. D. **Metodologias de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- HAMBURGER, Ernst W. **Apontamentos sobre o ensino de Ciências nas séries escolares iniciais- Estudos avançados**, 2007. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n60/a07v2160.pdf>. Acesso em : 15/06/2017
- IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a Incerteza**. São Paulo: Cortez, 2011.

IBGE. **Número de habitantes do município de Itatiba do Sul/ RS**. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431070&search=rio-grande-do-sul%7citatiba-do-sul>. Acesso em: 15/12/2017.

LIMA, N. S.; OLIVA, D. R. S. D; NOGUEIRA C. de S. **Inclusão de alunos com deficiência em Escolas do Campo: desafios da docência em contextos multisseriados**. Espaço Pedagógico. V. 20, n. 1, p. 203-2014, 2013 Disponível em: <http://www.upf.br/seer/index.php/rep>. Acesso em: 02/02/2017

LOPES L. A; OLIVEIRA A. N. S. **A criança com necessidade especial na escola do campo**. Pernambuco, 2012. Disponível em:< http://www.fundaj.gov.br/images/stories/epepe/IV_EPEPE/t1/C1-03.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2017

MANTOAN, M. T. E. **Ser ou estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual**. Rio de Janeiro: WVA, 2009.

MANTOAN, M.T.E. **Ensinando a Turma Toda – As Diferenças na Escola**. Planeta Educação, 16/05/2007. Disponível em: www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=870. Acesso em 23 de setembro de 2017.

MARCOCCIA, P. **A (IN)VISIBILIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E DA INCLUSÃO NAS ESCOLAS LOCALIZADAS NO CAMPO**. IX Congresso Nacional de Educação- EDUCERE- III Encontro brasileiro de Psicopedagogia 26 á 29 de outubro de 2009- PUCPR. Disponível em: <file:///D:/Meus%20Documentos/Downloads/Artigo1.pdf>. Acesso em: 02/02/2017.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=87>. Acesso em: 23 de novembro de 2017.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v.11 n.33, p. 387-405, set./dez. 2004.

MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre Inclusão Escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.33, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>. Acessado em: 10 de dezembro de 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais deficiência física**. Brasília/ DF, 2006. Acesso em: 07 de novembro de 2017. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/deffisica.pdf>.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Marcos legais da Educação Nacional**. Brasília/ DF. V. 2. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4249-volume-02-final&Itemid=30192. Acesso em: 12/11/2017

MOREIRA L. C. **Cursos de licenciatura com bases inclusivas: impressões de alunos com necessidades educacionais especiais e de seus professores**. IN: JESUS et al (orgs) **inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. Porto Alegre, 2007.

PESSOTTI, I. **Deficiência Mental: da superstição à ciência**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

PRIETO, R.G. **Atendimento escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: um olhar sobre as políticas públicas de educação no Brasil**. In: MANTOAN, M.T.E.; PRIETO, R.G.; ARANTES, V. (org.) **Inclusão escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006, p.31 – 73.

SASSAKI, R. **QUESTIONÁRIO especial à Revista Integração**. Revista Integração. MEC:Brasília, v. 8, n.20, p.09-17, 1997- 1998.

SENADO FEDERAL. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília, 2005. Disponível em:
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3>. Acesso em 20 de Abril de 2017

SENADO FEDERAL. **Estatuto da pessoa com deficiência**. Brasília, 2016. 2º ed. Disponível em<
https://bibliotecadigital.trt7.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtrt7/1152165/estatuto_da_pessoa_com_%20deficiencia_2ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 07 de dezembro de 2017.

SILVA, L.F.; CAVALARI, N. Deficiência visual: processo de ensino aprendizagem em Física. **Caderno Multidisciplinar de Pós-Graduação da UCP**, Pitanga, v.1, n.1, p. 206 – 213, 2010.

TENÓRIO, L.M.F.; MIRANDA, A.C.; OLIVEIRA, L.R. **O Ensino de Ciências na Educação de alunos surdos: a interface com a Educação Física**. In: **Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC)** (ENPEC), 7, 2009, Florianópolis. Anais do VII ENPEC.

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. [Adotada pela Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca, Espanha, de 7 a 10 de Junho de 1994]. Genebra, Unesco, 1994. Disponível em: <http://www.regra.com.br/educacao/>. Acesso em: 02/02/2017.

_____. Declaração mundial sobre educação para todos. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Tailândia, 1990.

VILELA-RIBEIRO, E.B.; BENITE, A.M.C. **A Educação Inclusiva na percepção dos Professores de Química**. Ciência & Educação, 16(3), p.585-594, 2010.

APÊNDICE 1

QUESTÕES PARA QUESTIONÁRIO COM PROFESSORES DE CIÊNCIAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS

Nome (opcional):

1. Em qual escola você atua como professor (a) de Ciências?
2. Qual sua área de formação (graduação e pós-graduação)?
3. Quanto tempo de experiência profissional docente você tem:
 - a) No total de tempo de serviço?
 - b) Em escola do campo?
 - c) Em trabalhar com aluno com deficiência?
4. Na sua formação, você teve componentes curriculares que tratavam da educação inclusiva de alunos com deficiência?
5. Os professores, de modo geral, estão preparados para atender e trabalhar com a inclusão?
6. Com base na sua experiência, como você avalia as questões de acesso de um aluno com deficiência na escola onde você trabalha?
7. E as questões de permanência desse aluno na escola?
8. Na sua opinião, quais são os principais desafios enfrentados pelos alunos com deficiência na permanência nas escolas? Isso pode ser mudado? De que maneira?
9. Qual é o principal problema enfrentado, nos dias de hoje, com a educação inclusiva, para a inserção dos alunos com deficiência nos conteúdos programados de Ciências?
10. Nas aulas de Ciências, como é feita a inclusão dos alunos com deficiência? Relate situações de aprendizagem que você desenvolveu com esses alunos.
11. Quais metodologias você costuma utilizar para trabalhar os conteúdos de Ciências com alunos com deficiência? Na maioria das situações as aulas práticas dão bons resultados, são mais atraentes.
12. Com base na sua experiência docente, quais os principais fatores que auxiliam e fatores que dificultam o processo de inclusão escolar?
13. Nas turmas que você ministrou aulas de Ciências nos últimos 10 anos, haviam alunos com deficiência? Qual(is)?
14. Que apoio você recebe para trabalhar com alunos com deficiências? O que a escola disponibiliza? O que a secretaria de educação disponibiliza aos professores?
15. Você gostaria de acrescentar algum apontamento que não foi contemplado nas questões acima?

APÊNDICE 2

QUESTIONÁRIO PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- 1) Caracterização das escolas municipais em Itatiba do Sul/RS:
 - a) Número de escolas municipais urbanas:
 - b) Número de escolas municipais do campo:
 - c) Número de alunos das escolas municipais urbanas:
 - d) Número de alunos das escolas municipais do campo:
- 2) Caracterização das escolas municipais do campo e alunos em Itatiba do Sul/RS:
 - a) Número de alunos com deficiência matriculados em Escolas do Campo:
 - b) Tipos de deficiência:
- 3) Que adaptações as Escolas do Campo possuem em suas estruturas físicas para atender alunos com deficiência?
- 4) Que ações a secretaria de educação realiza para que os alunos com deficiência permaneçam na escola
- 5) Sabe-se que os alunos com deficiência têm direito a um auxiliar, aqui no município o auxiliar é ofertado? E qual formação o auxiliar precisa ter?
- 6) As salas de recursos são ofertadas nas escolas de competência do município? Todas são providas?
- 7) Os professores que trabalham nas salas de recursos possuem formação específica?
- 8) A secretaria de educação promove curso que capacite os professores a trabalharem de maneira igualitária com os alunos que tem deficiência.
- 9) Cite ações já realizadas pelo município para a melhoria da educação de alunos com deficiência e aspectos que ainda precisam ser repensados/ajustados?
- 10) As escolas do município têm materiais e específicos para os alunos com deficiência?
- 11) Existem apoios financeiros, de materiais e de formação que são repassados do governo federal e estadual para o município? Se sim cite os apoios?
- 12) Como você avalia a educação inclusiva realizada nas escolas municipais?
- 13) Você gostaria de acrescentar algum apontamento que não foi contemplado nas questões acima.